

# **EDITAL DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO – PCS Nº 1/2021-ANEEL**

**DESTINADO A CONTRATAR ENERGIA DE RESERVA,  
NOS TERMOS DAS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA  
PORTARIA NORMATIVA Nº 24/GM/MME,  
DE 17 DE SETEMBRO DE 2021.**



**PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO – PCS Nº 1/2021-ANEEL  
PARA CONTRATAR ENERGIA DE RESERVA**

1.	PREÂMBULO .....	3
2.	DO OBJETO .....	4
3.	DA PARTICIPAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS .....	6
4.	DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA.....	8
5.	DAS ETAPAS DO PCS .....	11
6.	DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	12
7.	DA INSCRIÇÃO NO PCS .....	13
8.	DA GARANTIA PARA PARTICIPAR DO PCS .....	14
9.	DA PROPONENTE APTA A PARTICIPAR DO PCS.....	19
10.	DA FASE DE LANCES.....	20
11.	DA HABILITAÇÃO .....	21
12.	DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO.....	26
13.	DA GARANTIA DE FIEL CUMPRIMENTO .....	26
14.	DAS CONDIÇÕES DA AUTORIZAÇÃO .....	29
15.	DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CER .....	32
16.	DAS PENALIDADES.....	33
17.	DOS RECURSOS.....	36
18.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	37
19.	CRONOGRAMA DO PCS .....	38
20.	ANEXOS .....	39
21.	APÊNDICE - GLOSSÁRIO.....	40



## 1. PREÂMBULO

- 1.1. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia sob regime especial instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com sede na SGAN, Quadra 603, Módulos I e J, Brasília/DF, torna público que realizará

### PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO - PCS

para contratar Reserva de Capacidade, na forma de **Energia de Reserva**, nos termos do disposto nos art. 3º e art. 3º-A da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, da Resolução CREG nº 4, de 9 de setembro de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG, e das diretrizes estabelecidas na Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021, e naquelas que porventura venham a alterá-las, mediante as seguintes especificações:

**Data:** 25 de outubro de 2021.

**Horário:** O horário de realização do PCS será oportunamente divulgado, no *SITE* DA ANEEL, por meio de COMUNICADO RELEVANTE.

**Local:** PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO, via *Internet*, da CCEE.

- 1.2. Para facilitar a compreensão deste Edital, as definições dos termos doravante grafados em CAIXA ALTA constam do Apêndice – Glossário, destacando-se que o uso dos termos, no plural ou no singular, no masculino ou no feminino, não altera a definição fixada no Apêndice – Glossário.
- 1.3. Este Edital, seus Anexos e Adendos, bem como os respectivos COMUNICADOS RELEVANTES, emitidos pela Comissão Especial de Licitação – CEL, estarão disponíveis na *Internet*, no *SITE* DA ANEEL, no link <https://www.aneel.gov.br/geracao4>.
- 1.4. Os pedidos de esclarecimentos sobre este Edital e seus Anexos deverão ser formulados à Comissão Especial de Licitação - CEL, na forma prevista no item 6 deste Edital.
- 1.5. Os esclarecimentos divulgados pela CEL, em forma de Adendos ou de COMUNICADOS RELEVANTES, tornar-se-ão parte integrante deste Edital e estarão disponíveis para conhecimento geral na *Internet* no site: <https://www.aneel.gov.br/geracao4>.
- 1.6. Toda comunicação, notificação ou intimação, ressalvado o COMUNICADO RELEVANTE e o realizado a partir do SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES, será realizada, prioritariamente, mediante notificação eletrônica transmitida para o respectivo correio eletrônico (e-mail) cadastrado pela PROPONENTE em sua inscrição no Procedimento.
- 1.7. A comprovação do recebimento e da efetiva leitura da notificação eletrônica por parte da PROPONENTE, bem como as respectivas datas e os horários de tais eventos, dar-se-á mediante Aviso de Notificação Eletrônica – AN-e, fornecido por Autoridade Certificadora – AC, que deverá ser juntado aos autos do processo administrativo.



- 1.8. Toda comunicação, notificação ou intimação será considerada realizada na data em que, comprovadamente, a PROPONENTE efetuar a leitura ou, caso esta não ocorra, após 2 (dois) dias corridos contados da data do recebimento da notificação.
- 1.9. A utilização da notificação eletrônica não altera a duração e a contagem dos prazos.
- 1.10. A notificação tradicional, mediante o envio de correspondência física com Aviso de Recebimento – AR, será utilizada somente nos seguintes casos:
  - a) falha no envio ou na entrega da notificação eletrônica por responsabilidade da ANEEL, ou
  - b) notificação eletrônica com tamanho superior a 10 (dez) megabytes.

## 2. DO OBJETO

- 2.1. O PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO - PCS tem por objetivo contratar **Energia de Reserva** de novos empreendimentos de geração de energia elétrica, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, com a concomitante emissão de AUTORIZAÇÃO ou adequação da existente, proveniente das fontes eólica, solar fotovoltaica e termelétrica a óleo diesel, a óleo combustível, biomassa e a gás natural, com conexão nos Submercados Sudeste/Centro-Oeste e Sul, conforme diretrizes fixadas pela Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 2021.
  - 2.1.1. A energia elétrica negociada no PCS será objeto de Contrato de Energia de Reserva - CER, com início de suprimento em **1º de maio de 2022** e término em **31 de dezembro de 2025**, ressalvado o disposto no item 4.7, a ser celebrado nas seguintes modalidades:
    - 2.1.1.1. **disponibilidade** de energia elétrica, para empreendimento termelétrico a óleo diesel, óleo combustível e a gás natural;
    - 2.1.1.2. **quantidade** de energia elétrica, para empreendimento eólico, solar fotovoltaico e termelétrico a biomassa.
- 2.2. Os empreendimentos de geração de energia cadastrados na Empresa de Pesquisa Energética – EPE serão classificados da seguinte forma:
  - 2.2.1. Empreendimento Termelétrico a Óleo Diesel: central de geração de energia elétrica a óleo diesel, com capacidade instalada maior do que 3,0 MW, sem inflexibilidade operativa, que ofertará energia elétrica no Produto Disponibilidade;
  - 2.2.2. Empreendimento Termelétrico a Gás Natural: central de geração de energia elétrica a gás natural, com capacidade instalada maior do que 5,0 MW, sem restrição de limite de inflexibilidade operativa, que ofertará energia elétrica no Produto Disponibilidade;



- 2.2.3. Empreendimento Termelétrico a Óleo Combustível: central de geração de energia elétrica a óleo combustível, com capacidade instalada maior do que 5,0 MW, sem inflexibilidade operativa, que ofertará energia elétrica no Produto Disponibilidade;
- 2.2.4. Empreendimento Eólico: Central de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, com capacidade instalada maior do que 5,0 MW, com Custo Variável Unitário – CVU igual a zero, que ofertará energia elétrica no Produto Quantidade;
- 2.2.5. Empreendimento Solar Fotovoltaico: Central de geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica, com capacidade instalada maior do que 5,0 MW, com Custo Variável Unitário – CVU igual a zero, que ofertará energia elétrica no Produto Quantidade;
- 2.2.6. Empreendimento a Biomassa: Central de geração de energia elétrica a partir de biomassa, com capacidade instalada maior do que 5,0 MW, com Custo Variável Unitário – CVU igual zero, que ofertará energia elétrica no Produto Quantidade.
- 2.3. Os empreendimentos de geração de energia elétrica também serão classificados da seguinte forma:
- 2.3.1. **Empreendimento sem Outorga**
- 2.3.1.1. A contratação de energia elétrica de **Empreendimento sem Outorga**, desde que não tenha entrado em operação comercial até a data de publicação deste Edital, será concomitante com a delegação de AUTORIZAÇÃO, a ser emitida pela ANEEL, para a PROPONENTE que negociar energia no PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO e se estabelecer como PRODUTOR INDEPENDENTE DE ENERGIA - PIE, podendo a energia elétrica produzida ser comercializada, no todo ou em parte, por sua conta e risco.
- 2.3.1.2. No caso de projeto de ampliação ainda não autorizado, considerado para fins deste Edital como **Empreendimento sem Outorga**, desde que não tenha entrado em operação comercial até a data de publicação deste Edital, a delegação dar-se-á sob o mesmo regime de exploração da delegação original e observará as condições estabelecidas no item 14.1.1 deste Edital.
- 2.3.2. **Empreendimento com Outorga**
- 2.3.2.1. Empreendimento com delegação de concessão ou AUTORIZAÇÃO, desde que não tenha entrado em operação comercial até a data de publicação deste Edital, conforme o § 7º-A do art. 2º da Lei nº 10.848, de 2004, e a energia do empreendimento não tenha sido negociada em Leilão regulado ou objeto de contrato de venda de energia, registrado na CCEE, vigente durante o período de suprimento disposto no item 2.1.1.



### 3. DA PARTICIPAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS

- 3.1 Não poderá participar do PCS, como PROPONENTE:
- 3.1.1 Concessionária ou permissionária do serviço público de distribuição de energia elétrica ou sociedade por ela controlada direta ou indiretamente.
  - 3.1.2 Empresa cujo respectivo empreendimento esteja em operação comercial na data de publicação deste Edital.
  - 3.1.3 Titular de Empreendimento sem Outorga de fonte eólica que não protocole, até a data especificada no CRONOGRAMA, o Relatório de Validação da Central Geradora Eólica, emitido a partir da inserção em sistema próprio da ANEEL dos dados georeferenciados dos aerogeradores.
  - 3.1.4 Sociedade e/ou sua(s) controladora(s) direta(s) ou indireta(s) que esteja(m) nas seguintes situações:
    - a) haja solicitado ou esteja em regime de recuperação judicial ou extrajudicial;
    - b) esteja sob intervenção;
    - c) esteja cumprindo pena de suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a ANEEL.
- 3.2 Poderá participar do PCS como PROPONENTE, desde que satisfaça plenamente as disposições do Edital e da legislação e seu empreendimento possua Cadastramento Técnico aprovado pela EPE, conforme a Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 2021, e suas eventuais alterações:
- 3.2.1 a pessoa jurídica de direito privado, nacional ou estrangeira, isoladamente ou reunida em consórcio.
    - 3.2.1.1 No caso de pessoa jurídica de direito privado estrangeira:
      - 3.2.1.1.1 concorrendo isoladamente ou em consórcio, deverá obrigatoriamente constituir, sob as leis brasileiras, uma SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE, nos termos do item 3.3;
      - 3.2.1.1.2 concorrendo em consórcio com pessoa jurídica de direito privado nacional, a liderança do consórcio caberá, obrigatoriamente, à pessoa jurídica de direito privado nacional, sendo também obrigatória a constituição de SPE;
      - 3.2.1.1.3 Deverá designar representante legal no Brasil, com poderes expressos, mediante procuração por instrumento público ou



particular, neste caso com firma reconhecida em cartório, para receber citação e responder administrativa e judicialmente no País, bem como representá-la em todas as fases do processo, condições essas que deverão estar expressamente indicadas em seus documentos de habilitação jurídica.

**3.2.1.2 No caso de consórcio:**

**3.2.1.2.1** a empresa líder do consórcio será responsável por todas as obrigações pecuniárias perante a ANEEL e a CCEE, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas.

**3.2.1.2.2** A empresa líder do consórcio será responsável por todas as informações de interesse da AUTORIZAÇÃO e para o cumprimento das responsabilidades do consórcio perante a ANEEL;

**3.2.1.2.3** A composição do consórcio não poderá ser alterada até a emissão da AUTORIZAÇÃO e a constituição da SPE, caso seja obrigatória.

**3.2.2** o Fundo de Investimento em Participações - FIP reunido em consórcio, desde que o consórcio seja integrado por ao menos uma pessoa jurídica de direito privado que não se caracterize como FIP.

**3.2.2.1 O FIP:**

**3.2.2.1.1** deverá fornecer a relação de seus cotistas e apresentar cópia autenticada do registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

**3.2.2.1.2** Caso se sagre vencedor, o consórcio integrado por FIP deverá constituir uma SPE, nos termos do item 3.3.

**3.3** Deverão necessariamente constituir uma SPE, sob qualquer forma admitida em direito, como condição resolutiva da vigência da AUTORIZAÇÃO, a quem posteriormente será transferida a titularidade da AUTORIZAÇÃO, as seguintes PROPONENTES que se sagrarem vencedoras do PCS:

- a) pessoa jurídica de direito privado estrangeira;
- b) consórcio em que haja participação de pessoa jurídica de direito privado estrangeira, e
- c) consórcio em que haja participação de FIP;

**3.3.1** Não poderá integrar a SPE a pessoa jurídica que não tenha participado do PCS.

**3.3.2** No caso de PROPONENTE que participou isoladamente, a SPE deverá ser sua subsidiária integral.





- 3.4 No caso de PROPONENTE em consórcio, a SPE deverá ser constituída exclusivamente pelas pessoas jurídicas integrantes do consórcio e na mesma proporção das respectivas participações.
- 3.5 A PROPONENTE deverá observar, no que couber, a Lei nº 12.529, de 30/11/2011 (Lei de Defesa da Concorrência), cujo descumprimento ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas na legislação.

#### 4. DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA

- 4.1 A participação no PCS implica o conhecimento e a aceitação expressa e incondicional da PROPONENTE quanto aos termos e as condições estabelecidos neste Edital e Anexos e das normas legais, regulamentares e regulatórias que disciplinam a AUTORIZAÇÃO para implantar, ampliar e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica, bem como a comercialização de energia elétrica.
- 4.2 A ANEEL poderá revogar o PCS se ficar evidenciado qualquer comportamento prejudicial à efetiva competição.
- 4.3 Nos termos do § 8º do art. 3º da Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 2021, a PROPONENTE que se sagrar vencedora ficará impedida de negociar energia elétrica proveniente do empreendimento em qualquer outro ambiente de comercialização, devendo **a energia produzida ser contabilizada exclusivamente no âmbito do Contrato de Energia de Reserva – CER**, mesmo caso a em que não se comercialize totalmente a energia associada ao empreendimento.
- 4.4 A **conexão** do empreendimento ao SIN e a contratação dos montantes de uso junto à concessionária de distribuição ou transmissão acessada são de **inteira e exclusiva responsabilidade da PROPONENTE**, não se caracterizando qualquer excludente de responsabilidade no caso de indisponibilidade da conexão necessária para a operação comercial do empreendimento, sendo devido o pagamento dos encargos de uso, calculados pela Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD ou pela Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, conforme o caso, a ser definida até o início de vigência dos respectivos contratos de uso.
- 4.4.1 Nos termos do art. 12 da Portaria Normativa MME nº 24/2021, o ONS ou a concessionária de distribuição acessada, conforme o caso, emitirá, em até 5 (cinco) dias após a realização da Sessão Pública do PCS, documento simplificado de acesso contendo a análise do acesso exclusivamente para o empreendimento da PROPONENTE que negociar energia no PCS, para sua ciência.
- 4.4.2 A PROPONENTE que se sagrar vencedora deverá observar ao Despacho nº 3.119 ou ao Despacho nº 3.120, ambos de 5 de outubro de 2021, conforme o caso, quanto as regras e os prazos para o acesso ao SIN.
- 4.5 Nos termos da Resolução Normativa nº 583, de 22 de outubro de 2013, deverá ser comprovada a **disponibilidade de combustível** necessária à operação comercial do





empreendimento termelétrico, conforme previsão estabelecida no art. 4º, § 1º, da Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 2021.

- 4.5.1 A não comprovação da disponibilidade de combustível perante a ANEEL, nas condições estabelecidas no item 4.5, impossibilitará a entrada em operação comercial do empreendimento, podendo resultar na rescisão do CER.
- 4.6 O início da operação comercial do empreendimento fica, ainda, condicionado à apresentação à ANEEL da licença ambiental de operação e da reserva de disponibilidade hídrica, esta se cabível, válidas.
- 4.7 A PROPONENTE que negociar energia no PCS poderá antecipar a entrada em operação comercial de seu empreendimento de geração, desde que os sistemas de transmissão ou de distribuição estejam disponíveis para a operação comercial na data da antecipação e que não haja restrições para o escoamento da energia, nas seguintes condições:
- 4.7.1 Para os empreendimentos a óleo diesel, a óleo combustível e a gás natural, a PROPONENTE terá direito, no período de antecipação, ao recebimento da receita fixa, da receita de antecipação equivalente a 50% (cinquenta por cento) da RFDemais mensal, proporcional à potência em operação comercial, e da parcela variável, sem qualquer majoração, não sendo devida a entrega da inflexibilidade contratual e o seu pagamento.
- 4.7.2 Para os empreendimentos a biomassa, eólicos, solar fotovoltaicos, a PROPONENTE terá direito, no período de antecipação, ao recebimento da receita de venda, calculada a partir da energia gerada valorada pelo preço de venda, e da receita de antecipação pela energia gerada, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do preço de venda.
- 4.7.3 A eventual antecipação do início do período de suprimento, nos termos do item 4.7, não implica alteração do término do período de suprimento estabelecido no CER.
- 4.8 Os custos para se realizar o PCS serão rateados entre as PROPONENTES, na proporção dos valores das respectivas Garantias de Proposta aportadas.
- 4.8.1 O custo estimado para se realizar o PCS será divulgado no *SITE* DA ANEEL, por meio de COMUNICADO RELEVANTE, antes da data prevista no CRONOGRAMA para o aporte da Garantia de Proposta.
- 4.8.2 O custo incorrido com a realização do PCS será divulgado no *SITE* DA ANEEL, por meio de COMUNICADO RELEVANTE.
- 4.8.3 O prazo de vencimento do ressarcimento dos custos do PCS será de, no mínimo, 15 (quinze) dias úteis após a emissão do documento de cobrança pela CCEE.
- 4.8.4 A cobrança será enviada individualmente para cada PROPONENTE, e, no caso de consórcio, será encaminhada à empresa líder.



- 4.8.5 Em caso de inadimplência, incidirá sobre o valor devido pela PROPONENTE multa de 2%, cumulada de juros pro rata die de 1% ao mês e atualização monetária mensal com base no índice IGP-M positivo divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
- 4.8.6 Caso o PCS seja cancelado ou não haja contratação de energia, o ressarcimento dos custos de realização será realizado pela Conta de Energia de Reserva – CONER.
- 4.9 Adicionalmente ao disposto no item 4.8, a PROPONENTE, considerando cada empreendimento inscrito, deverá ressarcir à CCEE o montante equivalente a R\$ 1.778,00 (um mil, setecentos e setenta e oito reais), em atendimento ao Despacho ANEEL nº 512, de 02 de março de 2021, acrescido do montante de R\$ 216,50 (duzentos e dezesseis reais e cinquenta centavos), a cada CER a ser celebrado, custo este exclusivo da PROPONENTE que negociar energia no PCS.
- 4.10 A PROPONENTE que negociar energia no PCS deverá ser agente da CCEE ou realizar a adesão à Câmara nas condições previstas nas REGRAS E PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO e no Estatuto Social da CCEE.
- 4.11 A PROPONENTE que negociar energia no PCS deverá atender plenamente aos requisitos estabelecidos nas REGRAS E PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, incluindo, mas não se limitando, o disposto nas regras para adesão à CCEE e para o sistema de coleta e medição, estando a PROPONENTE sujeita às penalidades previstas nestes documentos, em caso de descumprimento.
- 4.12 As REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO referidos no item 4.11 e o CER estabelecerão, dentre outros, a forma de apuração e informação dos valores necessários para cálculo da(s) receita(s) de comercialização da PROPONENTE.
- 4.13 A PROPONENTE que negociar energia no PCS deverá obedecer aos PROCEDIMENTOS DE REDE e às demais exigências e orientações do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, e/ou aos requisitos das concessionárias de distribuição, conforme o caso, devendo ter suas GARANTIAS FÍSICAS calculadas pela EPE, nos termos da Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 2021.
- 4.13.1 A PROPONENTE que negociar energia no PCS e for enquadrada na modalidade de operação **Tipo I** (programação e despacho centralizados) deverá ser membro associado do ONS, nas condições previstas no Estatuto do Operador, e inclusive se submeter às regras e aos procedimentos dele emanados, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 328, de 12 de agosto de 2004.
- 4.13.2 A PROPONENTE que negociar energia no PCS e for enquadrada nas modalidades de operação **Tipo II** (programação centralizada e despacho centralizado ou não) ou **Tipo III** (programação e despacho não centralizados) deverá atender ao disposto no Módulo 7 dos PROCEDIMENTOS DE REDE.



- 4.13.3 Nos termos do inciso V do art. 9º da Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 2021, o empreendimento termelétrico a óleo diesel, a óleo combustível ou a gás natural que se sagrar vencedor do PCS será enquadrado na modalidade de operação Tipo I ou II.
- 4.13.4 A PROPONENTE que negociar energia no PCS terá o prazo de até 90 (noventa) dias após a data de realização do PCS para efetuar o cadastro de seus representantes perante o ONS, no Portal SINtegre, no endereço <https://sintegre.ons.org.br>.
- 4.14 Para participar do PCS a PROPONENTE deverá assegurar a alocação e a manutenção dos meios necessários e adequados para a conexão e o acesso à PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO, via *Internet*.
- 4.14.1 Durante a sessão pública de realização do PCS, eventuais deficiências de infraestrutura, que venham a afetar a participação da PROPONENTE, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 4.14.2 A configuração mínima recomendada para os equipamentos e a infraestrutura de informática necessária está descrita no Anexo VI deste Edital.
- 4.15 O Procedimento de Leilão – PdL, que disciplina o uso do SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES, encontra-se disponível no sítio eletrônico da CCEE, cujo uso implica aceitação expressa, irrevogável, irretratável e incondicional dos seus termos para a participação das PROPONENTES no PCS.

## 5. DAS ETAPAS DO PCS

- 5.1 O PCS será realizado com inversão da ordem de fases.
- 5.1.1 Os documentos de HABILITAÇÃO da PROPONENTE que negociar energia no PCS serão analisados após a fase de LANCES, para verificação do atendimento das condições fixadas neste Edital.
- 5.2 O PCS obedecerá às seguintes etapas:
- 5.2.1 INSCRIÇÃO, *on-line*.
- 5.2.2 Aporte da Garantia de Proposta no AGENTE CUSTODIANTE.
- 5.2.3 Treinamento da Sistemática e Distribuição de Senha de acesso à PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO para PROPONENTE participar da Simulação e do PCS.
- 5.2.3.1 Para sanar eventuais dúvidas quanto aos procedimentos constantes do anexo da Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 2021, será promovido Treinamento da Sistemática, na data prevista no CRONOGRAMA, que poderá ser realizado *on-line* a critério da CCEE, observado o COMUNICADO RELEVANTE a ser publicado no *SITE* DA ANEEL, contendo informações sobre local e horário.



- 5.2.3.2 A senha de acesso à PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO, a ser utilizada na Simulação e no PCS, e o respectivo endereço eletrônico serão fornecidos ao Representante Legal via SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES.
- 5.2.3.3 A quantidade de empreendimentos/usinas a ser operada simultaneamente na PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO pela pessoa designada será de inteira responsabilidade da PROPONENTE.
- 5.2.4 Simulação do PCS e validação dos dados de configuração da PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO pela PROPONENTE apta a participar da fase de LANCES.
- 5.2.4.1 Será realizada Simulação do PCS, com base em dados fictícios, mediante senha de acesso à PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO para a PROPONENTE apta a participar da fase de LANCES, fornecida conforme item 5.2.3 e confirmação dos dados reais que serão utilizados no PCS.
- 5.2.5 Realização da Sessão Pública do PCS (Fase de LANCES), conforme a Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 2021 e neste Edital.
- 5.2.6 Protocolo dos documentos de HABILITAÇÃO.
- 5.2.7 Análise dos documentos e publicação do resultado da HABILITAÇÃO.
- 5.2.8 Homologação e Adjudicação do PCS.
- 5.2.9 AUTORIZAÇÃO para PROPONENTE com Empreendimento sem Outorga que negociar energia no PCS.
- 5.2.10 Adesão à CCEE.
- 5.2.11 Assinatura do CER pela PROPONENTE vencedora com a CCEE, no prazo indicado no CRONOGRAMA.
- 5.2.12 Aporte da Garantia de Fiel Cumprimento no AGENTE CUSTODIANTE.
- 5.2.13 Entrega dos documentos de constituição da SPE.
- 5.2.14 Ressarcimento dos custos incorridos na realização do PCS.

## 6. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 6.1 O pedido de esclarecimento deverá ser formalizado, exclusivamente, mediante o preenchimento *on-line* de formulário eletrônico, no *link* <https://leilao.aneel.gov.br/esclarecimento/>.
- 6.1.1 O formulário ficará disponível para preenchimento durante o período constante do CRONOGRAMA.



- 6.1.2 O pedido de esclarecimento não significa a assunção de qualquer compromisso quanto ao Edital.

## 7. DA INSCRIÇÃO NO PCS

- 7.1 A INSCRIÇÃO no PCS será formalizada mediante o preenchimento *on-line* de formulário eletrônico, no link <https://leilao.aneel.gov.br/inscricao/>.
- 7.1.1 O formulário de INSCRIÇÃO ficará disponível para preenchimento durante o período constante do CRONOGRAMA.
- 7.1.2 Na fase de INSCRIÇÃO não haverá juízo de habilitação, que, conforme o item 5.1.1, será realizado após a fase de LANCES.
- 7.2 Instruções para operar o SISTEMA DE INSCRIÇÃO:
- 7.2.1 Para a interessada titular de empreendimento com cadastramento técnico aprovado pela EPE, a ANEEL encaminhará e-mail com o Código de Inscrição do Empreendimento - CIE, endereçado ao representante indicado no sistema AEGE da EPE.
- 7.2.1.1 A interessada que não receber o CIE até o dia anterior ao início das INSCRIÇÕES deverá entrar em contato com a CEL mediante o e-mail [master.cel@aneel.gov.br](mailto:master.cel@aneel.gov.br).
- 7.2.1.2 Não será aceito pedido de postergação do prazo de INSCRIÇÃO e aporte de Garantia de Proposta pelo não recebimento do CIE no prazo indicado no item 7.2.1.1.
- 7.2.2 Ao acessar o SISTEMA DE INSCRIÇÃO, a interessada em participar do PCS, como PROPONENTE, deverá selecionar a forma de participação:
- 7.2.2.1 Isolada:
- 7.2.2.1.1 Pessoa Jurídica de Direito Privado Nacional, ou
- 7.2.2.1.2 Pessoa Jurídica de Direito Privado Estrangeira.
- 7.2.2.2 Consórcio, em cuja INSCRIÇÃO deverá informar:
- 7.2.2.2.1 A participação percentual de cada consorciada;
- 7.2.2.2.2 A empresa líder do consórcio, que será a responsável pelo relacionamento com a ANEEL e pelo fiel cumprimento dos compromissos decorrentes do PCS e da AUTORIZAÇÃO.
- 7.2.3 Selecionada a forma de participação, o SISTEMA DE INSCRIÇÃO disponibilizará para a interessada o formulário correspondente.





- 7.2.3.1 No caso de FIP e pessoa jurídica estrangeira, a interessada deverá selecionar no SISTEMA DE INSCRIÇÃO o compromisso de constituição de SPE, sendo que para os demais casos essa opção será desconsiderada para todos os fins pela CEL, caso selecionada pela interessada.
- 7.2.3.2 O SISTEMA de INSCRIÇÃO indicará os campos obrigatórios, de modo que não será possível concluir a INSCRIÇÃO caso detectado preenchimento incompleto.
- 7.2.4 O SISTEMA DE INSCRIÇÃO solicitará à interessada a conferência dos dados.
- 7.2.4.1 Caso a interessada verifique a necessidade de correções, poderá voltar à tela de preenchimento.
- 7.2.4.2 Caso a interessada verifique que os dados foram informados corretamente, poderá efetuar o envio do formulário preenchido.
- 7.2.5 O SISTEMA DE INSCRIÇÃO disponibilizará para a interessada a “Declaração de Conhecimento e Aceitação das Regras do PCS”, constante no Anexo IV deste Edital.
- 7.2.5.1 A “Declaração de Conhecimento e Aceitação das Regras do PCS” deverá ser lida e aceita pela interessada.
- 7.2.5.2 O SISTEMA DE INSCRIÇÃO não efetuará a INSCRIÇÃO e, dessa forma, não armazenará os dados preenchidos, caso a interessada não confirme a aceitação da “Declaração de Conhecimento e Aceitação das Regras do PCS”.
- 7.2.6 Concluído o preenchimento dos dados, o SISTEMA DE INSCRIÇÃO enviará e-mail à interessada, contendo o resumo da INSCRIÇÃO e o Código Localizador.
- 7.2.7 Efetuada a INSCRIÇÃO, o aporte da Garantia de Proposta deverá ser realizado mediante a utilização do Código Localizador.
- 7.3 Durante o período de INSCRIÇÃO constante do CRONOGRAMA e desde que o aporte da Garantia de Proposta ainda não tenha sido efetuado, a interessada poderá modificar sua INSCRIÇÃO, para retificar dados ou para incluir ou excluir consorciados ou empreendimento(s).

## 8. DA GARANTIA PARA PARTICIPAR DO PCS

- 8.1 O aporte de Garantia de Proposta deverá ser realizado, por empreendimento, via SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES, com a observância ao “Manual de Inscrição e Aporte de Garantias” publicado no SITE DA ANEEL, Seção Adendos.
- 8.1.1 A Garantia de Proposta deverá ser entregue pela interessada já inscrita no PCS, por empreendimento, na data e nos horários previstos no CRONOGRAMA.





- 8.1.2 O AGENTE CUSTODIANTE será responsável pela confirmação prévia do aporte *on-line* e posterior validação da garantia, ficando a participação da interessada, na condição de PROPONENTE, condicionada à validação de conformidade da Garantia pelo AGENTE CUSTODIANTE.
- 8.2 A interessada, para se caracterizar como PROPONENTE, deverá aportar Garantia de Proposta para cada empreendimento inscrito no PCS, correspondente ao maior valor entre 2% do valor do INVESTIMENTO declarado à EPE e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
- 8.3 A Garantia de Proposta poderá ser aportada nas seguintes modalidades:
- a) Caução em Dinheiro;
  - b) Seguro-Garantia;
  - c) Fiança Bancária;
  - d) Títulos da Dívida Pública.
- 8.3.1 Em caso de **Caução em Dinheiro**, o depósito deverá ser efetuado em conta aberta junto ao AGENTE CUSTODIANTE determinado pela CCEE, exclusiva para custódia de garantias financeiras, não sendo permitida a utilização da conta do Mercado de Curto Prazo – MCP para esta finalidade.
- 8.3.2 A **Fiança Bancária** deverá ser emitida por banco comercial, de investimento e/ou múltiplo, autorizado a funcionar no Brasil, segundo a legislação brasileira e o regulamento próprio do setor financeiro.
- 8.3.2.1 Somente será aceita Fiança Bancária emitida por instituição financeira:
- 8.3.2.1.1 Classificada entre o primeiro e o segundo piso, ou seja, entre “A” e “B”, na escala de *rating* de longo prazo de uma das agências de classificação de risco *Fitch Ratings, Moody’s e Standard & Poors*.
  - 8.3.2.1.2 Adimplente com a obrigação de pagar à ANEEL por garantia já executada.
  - 8.3.2.1.3 Que não esteja sob regime de direção fiscal, intervenção ou liquidação extrajudicial.
- 8.3.2.2 Deverão acompanhar a Fiança Bancária os seguintes documentos comprobatórios da condição de representante legal do Fiador:
- a) Estatuto Social;
  - b) Ata de Eleição de Diretoria;
  - c) Procuração;
  - d) Cópia autenticada dos documentos dos representantes (CPF e RG).
- 8.3.3 No caso de **Títulos da Dívida Pública**, estes deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia



autorizado pelo Banco Central do Brasil, avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

8.3.4 No caso de **Seguro-Garantia**, este deverá ser acompanhado dos seguintes documentos emitidos pela Superintendência de Seguros Privados - Susep:

- a) Certidão de Regularidade da Seguradora;
- b) Certidão dos Administradores da Seguradora;
- c) Certidão de Registro de Apólices do Seguro Garantia, se disponível.

8.3.4.1 No caso de Seguro-Garantia também se aplica o disposto nos subitens 8.3.2.1.2 e 8.3.2.1.3.

8.4 As modalidades a serem aportadas eletronicamente, sem a necessidade do encaminhamento da via original, são:

8.4.1 Títulos Públicos Federais;

8.4.2 Seguro-Garantia, desde que as apólices possuam assinatura eletrônica qualificada (padrão ICP-Brasil);

8.4.3 Fiança Bancária, desde que possua assinatura eletrônica qualificada (padrão ICP-Brasil);

8.4.4 Caução em dinheiro: deverá ser encaminhada cópia da via do beneficiário do recibo da Conta Caução.

8.5 As modalidades a serem aportadas física e diretamente no AGENTE CUSTODIANTE são:

8.5.1 Seguro-Garantia, de apólices que não possuam assinatura eletrônica qualificada (padrão ICP-Brasil);

8.5.2 Fiança Bancária, desde que não possua assinatura eletrônica qualificada (padrão ICP-Brasil).

8.6 A Garantia de Proposta não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pelo tomador da garantia relativamente à participação no PCS.

8.7 No caso de Seguro-Garantia, a apólice deverá estar de acordo com a Circular Susep nº 477, de 30 de setembro de 2013, e **observar o modelo de Garantia de Proposta** constante do “Manual de Inscrição e Aporte de Garantias”, publicado no *SITE* da ANEEL, Seção Adendos, o qual inclui o clausulado de “Seguro Garantia do Licitante” aprovado pela SUSEP.

8.8 Será emitido COMUNICADO RELEVANTE indicando as instituições inadimplentes com a obrigação de pagar a ANEEL por garantias já executadas, de que trata o item 8.3.2.1.2.



- 8.9 A Garantia de Proposta deverá ter a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE como beneficiária e a PROPONENTE como tomadora e **vigorar até 07/01/2022**, devendo ser mantida nas condições definidas neste Edital e ser **prorrogável por mais 60 (sessenta) dias**.
- 8.9.1 No caso de PROPONENTE com outorga, que não tenha entrado em operação comercial e que já possua Garantia de Fiel Cumprimento aportada na ANEEL ou na CCEE, conforme item 13.1, a Garantia de Proposta deverá vigorar até a **adequação ou substituição** da Garantia de Fiel Cumprimento existente, de forma a vincular-se ao objeto e às condições dos PCS.
- 8.9.2 Caso seja postergada a data inicialmente estimada para o aporte da Garantia de Fiel Cumprimento, a Garantia de Proposta deverá ser renovada com antecedência não inferior a 15 (quinze) dias do seu vencimento.
- 8.9.3 No caso de consórcio, a titularidade da Garantia de Proposta poderá ser de uma ou mais consorciadas (tomadoras) e deverá indicar, explicitamente, o nome do consórcio e de todas as consorciadas, com suas respectivas participações percentuais, conforme informado na INSCRIÇÃO.
- 8.9.3.1 Para FIP que participar do PCS como integrante de consórcio, a Garantia de Proposta deverá ter como titular (tomador) o Administrador do Fundo e nela constar o nome do FIP.
- 8.9.4 No caso de PROPONENTE com outorga, cujo empreendimento entrou em operação comercial após a publicação deste Edital e que não esteja obrigada a recolher a Garantia de Fiel Cumprimento, conforme item 13.1, a Garantia de Proposta deverá vigorar até a celebração do CER.
- 8.10 A PROPONENTE que não mantiver a Garantia de Proposta nas condições aqui definidas estará sujeita às penalidades tipificadas na Seção 16 deste Edital, e às demais sanções cominadas na legislação.
- 8.11 A Garantia de Proposta do PCS será devolvida ou liberada nas seguintes condições:
- 8.11.1 a todas as PROPONENTES no caso de revogação ou anulação do PCS, a partir de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação do ato de revogação ou anulação;
- 8.11.2 à PROPONENTE que não negociar energia no PCS, em até 5 (cinco) dias úteis após a realização do PCS;
- 8.11.3 à PROPONENTE que negociar energia no PCS, a partir do 5º (quinto) dia útil após o aporte da Garantia de Fiel Cumprimento;
- 8.11.4 à PROPONENTE abrangida pelos itens 8.9.1 e 13.1, em até 5 (cinco) dias úteis após a substituição ou a adequação da Garantia de Fiel Cumprimento ao objeto e às condições do PCS;



- 8.11.5 à PROPONENTE abrangida pelos itens 8.9.4 e 13.1, a partir do 5º (quinto) dia útil após a assinatura do CER decorrente do PCS.
- 8.12 Não haverá devolução ou liberação de Garantia de Proposta executada por determinação da ANEEL em face das hipóteses indicadas no item 8.13.
- 8.13 A Garantia de Proposta será utilizada para cobrir penalidade imposta na Fase de Competição, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa, nos termos dos itens 16.3 e 16.3.1 deste Edital, mediante execução integral de seu valor, em qualquer modalidade, por determinação expressa da ANEEL, nas hipóteses em que a PROPONENTE ou Adjudicatária, conforme o caso:
- 8.13.1 Deixar de ratificar sua proposta válida;
- 8.13.2 Deixar de apresentar à CCEE a documentação constante da Seção 11, nos prazos e nas condições definidas neste Edital;
- 8.13.3 Deixar de apresentar à ANEEL a documentação constante da Seção 12, nos prazos e nas condições definidas neste Edital;
- 8.13.4 Deixar de apresentar à ANEEL a documentação constante da Seção 14, nos prazos e nas condições definidas neste Edital;
- 8.13.5 Deixar de aportar a Garantia de Fiel Cumprimento, nos prazos e nas condições definidas neste Edital e na AUTORIZAÇÃO;
- 8.13.6 Não assinar o CER, nos prazos e nas condições definidas neste Edital, conforme minutas constantes do Anexo I;
- 8.13.7 Desistir de qualquer compromisso assumido em decorrência de sua participação no PCS;
- 8.13.8 Declinar da AUTORIZAÇÃO decorrente do PCS, no prazo estabelecido no Edital ou não cumprir as condições estabelecidas na AUTORIZAÇÃO quanto à vigência da AUTORIZAÇÃO;
- 8.13.9 Praticar atos com vistas a frustrar os objetivos do Procedimento.
- 8.14 As hipóteses dos subitens 8.13.1 a 8.13.7 equiparam-se, para todos os efeitos, à recusa do recebimento da AUTORIZAÇÃO.
- 8.15 Na ocorrência de qualquer das hipóteses do item 8.13, a PROPONENTE ou Adjudicatária será notificada na forma do item 16.3.2 deste Edital, observado exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 8.15.1 Caso a Garantia de Proposta tenha sido aportada na modalidade Seguro-Garantia, cópia da Notificação será encaminhada à Seguradora, para fins de comunicação da Expectativa de Sinistro.



- 8.15.2 Exaurida a esfera administrativa do processo referido nos itens 16.3.1 e 16.3.2 e restando caracterizada a inadimplência da PROPONENTE ou Adjudicatária, para que a integralidade do valor da Garantia de Proposta seja revertido em favor da Beneficiária, mediante desconto da multa aplicada à infratora e por esta não paga no prazo regulamentar, conforme descrito na Seção 16 deste Edital, a ANEEL, diretamente ou por intermédio da CCEE, após sua expressa determinação, oficiará a Seguradora, a título de comunicação de Reclamação de Sinistro, no caso de Seguro-Garantia, ou o Banco/Instituição Financeira, no caso de Caução, Fiança ou Título Público.
- 8.15.2.1 No caso da modalidade Título da Dívida Pública, se na ocasião do eventual resgate o valor do Título for menor do que o valor indicado no item 8.2, a PROPONENTE ou Adjudicatária fica obrigada a pagar a diferença.
- 8.15.2.2 Não ocorrendo o ressarcimento da multa no prazo constante da apólice, no caso de Seguro-Garantia, ou no prazo de 15 (quinze) dias fixado no Ofício de que trata o item 8.15.2, em se tratando de Banco/Instituição Financeira, serão adotadas as providências para registro da respectiva entidade no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL, bem como no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, sem prejuízo da inscrição do crédito correspondente na Dívida Ativa da União.
- 8.16 Em qualquer das hipóteses previstas no item 8.13, além da execução da Garantia de Proposta, caso o objeto do PCS já tenha sido adjudicado, a ANEEL poderá revogar a Adjudicação, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de imposição das penalidades tipificadas na Seção 16 deste Edital e das demais sanções cominadas na legislação.
- 8.17 A receita resultante da execução da Garantia de Proposta reverterá em favor da Conta de Energia de Reserva - CONER e destinada à redução do Encargo de Energia de Reserva – EER.

## 9. DA PROPONENTE APTA A PARTICIPAR DO PCS

- 9.1 A interessada que, nos termos deste Edital, realizar sua INSCRIÇÃO e aportar a Garantia de Proposta válida estará apta a participar do PCS, na condição de PROPONENTE.
- 9.1.1 No caso de empreendimento de fonte eólica, além das condições estabelecidas no item 9.1, a participação da PROPONENTE ficará também condicionada à apresentação tempestiva do Relatório de Validação da Central Geradora Eólica, de que trata o item 3.1.3.
- 9.1.2 No caso de ocorrência de fato ou identificação de situação que impossibilite alguma PROPONENTE de participar do PCS, a respectiva senha de acesso à PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO será automaticamente bloqueada.





## 10. DA FASE DE LANCES

- 10.1 O PCS será realizado em plataforma operacional a ser disponibilizada na Rede Mundial de Computadores – *Internet* e obedecerá à Sistemática constante do anexo da Portaria Normativa nº 1/GM/MME, de 7 de janeiro de 2021, ajustada para contemplar as especificidades do Procedimento, devendo ser desconsiderada pela PROPONENTE qualquer imprecisão de nomenclatura que porventura apareça na PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO.
- 10.2 O PCS será realizado em **duas etapas**.
- 10.2.1 Na **etapa inicial**, os titulares dos empreendimentos inscritos, para os quais tenha sido aportada Garantia de Proposta, poderão ofertar um único LANCE para o(s) Produto(s) em negociação, correspondente a quantidade de LOTES e preço de LANCE, tal que o preço de LANCE seja igual ou inferior ao valor do Preço Inicial do Produto .
- 10.2.2 Na **etapa contínua**, as PROPONENTES classificadas na etapa inicial poderão submeter LANCES, para o(s) produto(s) em negociação, desde que o preço de LANCE seja igual ou inferior ao menor valor entre (i) o resultado do preço corrente e (ii) o resultado do preço de LANCE relativo ao seu último LANCE válido subtraído do DECREMENTO mínimo, sendo que a cada submissão de LANCE o sistema reiniciará o tempo para inserção de LANCE e classificará os LOTES ofertados por ordem crescente de preço de LANCE, qualificando-os como LOTES atendidos ou LOTES não atendidos, com base na QUANTIDADE DEMANDADA de cada produto, sendo esta etapa finalizada por decurso do tempo para inserção de LANCE sem qualquer submissão de LANCE por parte das PROPONENTES ou após expirado o tempo final para inserção de lance, na hipótese dessa etapa se prolongar além do tempo de duração do PCS.
- 10.3 Os valores, expressos em reais por megawatt hora (R\$/MWh), correspondentes ao Custo Marginal de Referência do PCS e aos preços iniciais e de referência, conforme o caso, para a submissão de LANCE são os seguintes:
- 10.3.1 **Custo Marginal de Referência: R\$ 1.619,00/MWh** (um mil seiscentos e dezenove reais por megawatt-hora);
- 10.3.2 Os **preços iniciais** são:
- 10.3.2.1 **Produto Disponibilidade** (fonte termelétrica a óleo diesel, a óleo combustível e a gás natural): **R\$ 1.619,00/MWh** (um mil seiscentos e dezenove reais por megawatt-hora);
- 10.3.2.2 **Produto Quantidade** (fonte solar fotovoltaica, eólica e termelétrica a biomassa): **R\$ 347,00/MWh** (trezentos e quarenta e sete reais por megawatt-hora);
- 10.4 O LANCE constitui obrigação de comercialização irrevogável e irretratável por parte da PROPONENTE.





- 10.4.1 A PROPONENTE poderá ofertar no PCS, no máximo, a GARANTIA FÍSICA do empreendimento expressa em LOTES.
- 10.4.2 Na definição dos LOTES associados a um determinado LANCE, a PROPONENTE deverá manifestar-se expressamente na PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO e considerar, sob pena de se sujeitar às sanções decorrentes da apuração de insuficiência de lastro para venda de energia e potência, o consumo interno da usina e as perdas elétricas até o centro de gravidade, incluindo as perdas na Rede Básica, nos termos das REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.
- 10.4.3 A oferta mínima de energia elétrica a ser destinada ao ACR será igual a 30% (trinta por cento) da energia habilitada do empreendimento para os Produtos Quantidade e Disponibilidade.
- 10.4.4 O LANCE de quantidade para cada produto deverá ser, cumulativamente:
- a) menor ou igual ao lastro para venda, de que trata o item 10.4.1;
  - b) maior ou igual a 0,5 MW médio;
  - c) maior ou igual à oferta mínima, de que trata o item 10.4.3.

## 11. DA HABILITAÇÃO

- 11.1 A PROPONENTE que negociar energia no PCS deverá comprovar os requisitos de habilitação, mediante o protocolo dos documentos dispostos nesta Seção.
- 11.2 A PROPONENTE será integralmente responsável pelos documentos apresentados.
- 11.3 Condições de recebimento da documentação:
- 11.3.1 Os documentos de HABILITAÇÃO deverão ser protocolados no SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES e serão considerados aceitos se válidos na data do protocolo.
- 11.3.1.1 Os documentos deverão ser protocolados em formato nato-digital ou mediante cópia digital autenticada por cartório competente
- 11.3.1.2 Os documentos, quando produzidos pela própria PROPONENTE, deverão ser redigidos em português, datados, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, protocolados em formato nato-digital, assinados pelo(s) representante(s) legal(is), mediante assinatura eletrônica qualificada (padrão ICP-Brasil) ou em cópia digital autenticada por cartório competente.
- 11.3.1.3 Os documentos não serão analisados no momento do protocolo/entrega, mas sim posteriormente pela CEL, com o apoio da CCEE.



- 11.3.1.4 Caso não esteja expresso no documento o prazo de validade ou a PROPONENTE não apresente cópia da legislação específica sobre o tema, serão aceitos documentos expedidos com data de até 30 (trinta) dias corridos anteriores à data do protocolo.
- 11.3.2 A pessoa jurídica de direito privado estrangeira deverá apresentar os documentos autenticados pela autoridade consular brasileira do país de origem da sociedade estrangeira e traduzidos por tradutor juramentado.
- 11.3.2.1 Na hipótese da inexistência de documento equivalente ao solicitado neste Edital e/ou de órgão(s) no país de origem que o(s) autentique(m), deverá ser apresentada declaração informando tal fato, emitida pela PROPONENTE e assinada pelo(s) representante(s) legal(is), mediante assinatura eletrônica qualificada (padrão ICP-Brasil).
- 11.3.2.2 Caso o documento tenha origem em país signatário da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros (Convenção da Apostila), promulgada pelo Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, deverá ser apresentada a apostila definida no art. 4º desta Convenção, emitida pela autoridade competente do Estado no qual o documento é originado, sem prejuízo da necessidade de tradução do documento por tradutor juramentado, ficando dispensada a autenticação por autoridade consular brasileira.
- 11.3.3 O documento extraído da Internet, cuja autenticidade possa ser conferida por meio eletrônico, será aceito pela CEL, desde que esteja em perfeitas condições.
- 11.3.4 Não será considerado motivo para inabilitação a ocorrência de simples irregularidade material (erros datilográficos, concordância verbal etc.) da documentação, desde que irrelevantes e não prejudiquem o processamento do PCS ou o entendimento da documentação
- 11.3.5 No caso de PROPONENTE reunida em consórcio deverão ser protocolados os documentos de cada uma das consorciadas.
- 11.3.6 No caso de FIP, deverão ser entregues os documentos do administrador, do gestor e do próprio Fundo, ressalvado que, no caso de inaplicabilidade do envio dos comprovantes, deverá ser apresentada justificativa fundada na legislação.
- 11.4 A CEL e/ou a CCEE, para a adequada avaliação da documentação de HABILITAÇÃO apresentada pela PROPONENTE, poderá abrir diligência para o saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou ainda para correções de caráter formal, caso em que as exigências de saneamento deverão ser atendidas no prazo estipulado, sob pena de julgamento no estado em que se encontra o Processo.

**11.5 Documentos de habilitação jurídica:**

11.5.1 Ato constitutivo, Ficha Cadastral ou Certidão Simplificada da Junta Comercial competente e comprovação dos poderes do(s) Representante(s) Legal(is).

11.5.1.1 Caso o Representante Legal pertença ao quadro de diretores, a comprovação dos poderes do Representante Legal será verificada no Contrato Social e/ou Estatuto Social e nos últimos atos de eleição de sua atual diretoria, conforme o caso.

11.5.1.2 Caso o Representante Legal não pertença ao quadro de diretores, será necessária apresentação de procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, outorgando-lhe poderes, sem prejuízo da apresentação do Contrato Social e/ou do Estatuto Social e dos últimos atos de eleição de sua atual diretoria, conforme o caso.

11.5.1.3 Em caso de PROPONENTE estrangeira em funcionamento no país deverão ser apresentadas cópias autenticadas dos seguintes documentos:

11.5.1.3.1 Ato autorizativo para funcionamento no Brasil, e

11.5.1.3.2 Ato constitutivo, Ficha Cadastral ou Certidão Simplificada da Junta Comercial competente e comprovação dos poderes do(s) Representante(s) Legal(is).

11.5.2 No caso de consórcio deverá ser apresentado Contrato de Constituição de Consórcio, nos termos da INSCRIÇÃO e com as firmas identificadas e reconhecidas em cartório.

11.5.3 Para FIP deverão ser apresentados:

11.5.3.1 Ato de constituição do FIP e o inteiro teor de seu regulamento, rubricados e assinados, acompanhados de certidão comprobatória de seu registro em cartório de títulos e documentos;

11.5.3.2 Ata da Assembleia Geral de Cotistas que elegeu o Administrador e o Gestor do Fundo;

11.5.3.3 Ata da Assembleia Geral de Cotistas que elegeu o Conselho de Administração do FIP;

11.5.3.4 Registros de funcionamento e de oferta de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como declaração de que não se encontra no período de análise por parte da CVM;

11.5.3.5 Declaração do Administrador do Fundo de que há Instrumentos Particulares de Compromisso de Investimento firmados entre os cotistas e o FIP.

11.5.4 Termo de Ratificação do Lance, conforme o modelo do Anexo III.



**11.6 Documentos de habilitação fiscal:**

11.6.1 Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

11.6.1.1 No caso de FIP, o documento exigido deverá ser apresentado em nome do seu Administrador e do seu Gestor, caso este último participe de decisões que impliquem risco ao patrimônio do FIP.

**11.7 Documentos de habilitação técnica:**

11.7.1 Declaração indicando profissional de nível superior para exercer a função de Responsável Técnico pelo empreendimento, conforme o modelo do Anexo V.

11.7.2 Para empreendimento Eólico, a PROPONENTE deverá apresentar Declaração de Interferência, nos termos do item 11 do Anexo I da Resolução Normativa nº 876, de 10 de março de 2020.

11.7.2.1 A Declaração de que trata o item 11.7.2 deverá atender às seguintes condições:

- a) ser assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da PROPONENTE e da(s) sociedades(s) detentora(s) do(s) parque(s) eólico(s) contido(s) na região de interferência; e
- b) indicar a localização geográfica dos aerogeradores de todos os parques eólicos envolvidos.

11.7.3 Cronograma físico de implantação do empreendimento, assinado pelo Responsável Técnico, compatível com a data de início de suprimento, e apresentado na forma a seguir:

11.7.3.1 Para empreendimento eólico (EOL):

DESCRIÇÃO DO MARCO	DATA
Obtenção da Licença Ambiental de Instalação – LI	
Comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos aerogeradores ou “EPC” (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos)	
Início da implantação do canteiro de obras	
Início das obras civis das estruturas	
Início da concretagem das bases das unidades geradoras	
Início da montagem das torres das unidades geradoras	
Início das obras da subestação e/ou da linha de transmissão de interesse restrito	
Conclusão da montagem das torres das unidades geradoras	
Obtenção da Licença Ambiental de Operação – LO	



Procedimento Competitivo Simplificado - PCS nº 1/2021 - Processo nº 48500.004552/2021-15

DESCRIÇÃO DO MARCO	DATA
Início da operação em teste ( <i>inserir uma linha para cada unidade geradora ou grupo de unidades geradoras</i> )	
Início da operação comercial ( <i>inserir uma linha para cada unidade geradora ou grupo de unidades geradoras</i> )	

## 11.7.3.2 Para empreendimento solar fotovoltaico (SOL):

DESCRIÇÃO DO MARCO	DATA
Obtenção da Licença Ambiental de Instalação – LI	
Comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos painéis fotovoltaicos ou “EPC” (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos)	
Início das obras civis das estruturas	
Início da montagem dos painéis fotovoltaicos	
Início das obras da subestação e/ou da linha de transmissão de interesse restrito	
Conclusão da montagem dos painéis fotovoltaicos	
Obtenção da Licença Ambiental de Operação – LO	
Início da operação em teste ( <i>inserir uma linha para cada unidade geradora ou grupo de unidades geradoras</i> )	
Início da operação comercial ( <i>inserir uma linha para cada unidade geradora ou grupo de unidades geradoras</i> )	

## 11.7.3.3 Para empreendimentos termelétricos:

DESCRIÇÃO DO MARCO	DATA
Obtenção da Licença Ambiental de Instalação – LI	
Comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento de equipamentos eletromecânicos ou “EPC” (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos)	
Comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento do combustível.	
Início das obras civis das estruturas	
Início da montagem eletromecânica das unidades geradoras	
Início das obras da subestação e/ou da linha de transmissão de interesse restrito	
Conclusão da montagem eletromecânica das unidades geradoras	
Obtenção da Licença Ambiental de Operação – LO	
Início da operação em teste ( <i>inserir uma linha para cada unidade geradora</i> )	
Início da operação comercial ( <i>inserir uma linha para cada unidade geradora</i> )	

11.8 A PROPONENTE deverá estar **adimplente em relação às obrigações setoriais** de que trata a Resolução Normativa ANEEL nº 917, de 23 de fevereiro de 2021.



- 11.8.1 A análise da adimplência englobará também a(s) sociedade(s) ou entidade(s) controladora(s) direta(s) e/ou indireta(s) da PROPONENTE.
- 11.9 A análise da documentação de HABILITAÇÃO será disponibilizada no *SITE DA ANEEL*, juntamente com o COMUNICADO RELEVANTE contendo a relação das PROPONENTES habilitadas e inabilitadas, na data estimada no CRONOGRAMA.
- 11.10 Na hipótese de inabilitação de PROPONENTE, a próxima PROPONENTE classificada segundo a ordem crescente dos valores dos LANCES ofertados no PCS será convocada a apresentar documentos de HABILITAÇÃO e, se habilitada, será adjudicada nas condições da sua respectiva proposta, observado o disposto no item 12.3.3.

## 12. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

- 12.1 A HOMOLOGAÇÃO do resultado do PCS juntamente com a ADJUDICAÇÃO do seu objeto aos respectivos vencedores será publicada no DOU.
- 12.2 A PROPONENTE que negociar energia no PCS que ainda não tenha aderido à CCEE deverá ingressar com pedido de adesão à CCEE à tempo de concluir seu processo para a celebração do CER até a data estipulada no CRONOGRAMA, atendendo ao disposto no Procedimento de Comercialização Módulo 1 – Agentes, Submódulo 1.1 – Adesão à CCEE.
- 12.3 No caso de revogação ou anulação da adjudicação do objeto à PROPONENTE, a ANEEL poderá, mediante a conveniência do interesse público, convidar outra PROPONENTE, sucessivamente e segundo a ordem crescente dos valores dos LANCES ofertados no PCS, independentemente das cominações previstas neste Edital e na legislação.
- 12.3.1 A PROPONENTE a ser adjudicada será convidada imediatamente após a revogação ou anulação da Adjudicação da classificada anteriormente.
- 12.3.2 A assunção da nova PROPONENTE deverá ser em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela PROPONENTE classificada anteriormente.
- 12.3.3 A nova PROPONENTE deverá recolher novamente a Garantia de Proposta, nos prazos e condições estabelecidos pela ANEEL oportunamente.
- 12.3.4 Terminada a chamada e cumpridas todas as exigências, a ANEEL publicará a nova ADJUDICAÇÃO.

## 13. DA GARANTIA DE FIEL CUMPRIMENTO

- 13.1 A Adjudicatária deverá aportar Garantia de Fiel Cumprimento correspondente ao maior valor entre 5% do valor do INVESTIMENTO declarado à EPE e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com vistas ao cumprimento das obrigações assumidas em decorrência do PCS, notadamente a de implantar o empreendimento de geração, nos termos do cronograma constante da AUTORIZAÇÃO, observado o quadro a seguir:





Procedimento Competitivo Simplificado - PCS nº 1/2021 - Processo nº 48500.004552/2021-15

Empreendimento		Aporte de Garantia de Fiel Cumprimento
<b>Empreendimento sem Outorga</b> (implantação e ampliação de que trata o item 2.3.1)		SIM
<b>Empreendimento com Outorga</b>	Em operação (depois da publicação do Edital)	NÃO
	Não operando e que não tenha aportado Garantia de Fiel Cumprimento na ANEEL ou CCEE.	SIM
	Não operando e que tenha aportado Garantia de Fiel Cumprimento na ANEEL ou CCEE.	A garantia deverá ser adequada ou substituída, de forma a vincular-se ao objeto e às condições do presente PCS e, se for o caso, ter o seu valor complementado.

13.1.1 O aporte, adequação ou substituição da Garantia de Fiel Cumprimento deverá ocorrer em até 15 (trinta) dias corridos da publicação da AUTORIZAÇÃO.

13.2 O não aporte da Garantia de Fiel Cumprimento é condição resolutive da vigência da AUTORIZAÇÃO.

13.3 O aporte de Garantia de Fiel Cumprimento se dará via SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES, devendo ser observado o “Manual de Inscrição e Aporte de Garantias”, publicado no SITE DA ANEEL, Seção Adendos.

13.4 A Garantia de Fiel Cumprimento deverá ter a CCEE como beneficiária e a PROPONENTE como tomadora e vigorar por 90 (noventa) dias após a data prevista para o início da operação comercial da última unidade geradora do empreendimento, devendo ser mantida nas condições definidas neste Edital.

13.4.1 Caso a operação comercial não ocorra na data programada no cronograma constante da AUTORIZAÇÃO, a Garantia de Fiel Cumprimento deverá ser renovada em, no máximo, 30 (trinta) dias antes do seu vencimento.

13.4.2 No caso de alteração da data de início da operação comercial constante da AUTORIZAÇÃO, em decorrência de atraso comprovadamente provocado por ato do Poder Público e/ou decorrente de caso fortuito ou força maior, a vigência da Garantia deverá ser ajustada a essa nova data.

13.4.3 No caso de consórcio, a titularidade da Garantia de Fiel Cumprimento poderá ser de uma ou mais consorciadas (tomadoras) e deverá indicar, explicitamente, o nome do consórcio e de todas as consorciadas, com suas respectivas participações percentuais, conforme informado na INSCRIÇÃO.

13.4.4 No caso de a PROPONENTE constituir SPE, por exigência do item 3.3 do Edital, a Garantia de Fiel Cumprimento deverá ser substituída ou endossada, de forma a permitir a transferência da titularidade da AUTORIZAÇÃO para a SPE.



- 13.5 A Garantia de Fiel Cumprimento não poderá conter cláusula de excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pela tomadora em decorrência de sua participação no PCS.
- 13.6 A Garantia de Fiel Cumprimento poderá ser prestada nas mesmas modalidades indicadas no item 8.3, aplicando-lhes ainda o disposto nos itens 8.3.1, 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.4 e 8.5.
- 13.7 A Garantia de Fiel Cumprimento será utilizada para cobrir penalidades aplicadas nos termos dos itens 16.4 e 16.4.4, pela inobservância total ou parcial das obrigações deste Edital e da AUTORIZAÇÃO, assegurado o contraditório e a ampla defesa, mediante execução até o limite de seu valor, em qualquer modalidade, por determinação expressa da ANEEL, nas hipóteses em que a Adjudicatária, a Autorizada ou a Concessionária:
- 13.7.1 Declinar da AUTORIZAÇÃO emitida em decorrência da comercialização de energia ou desistir de qualquer compromisso assumido em decorrência de sua participação no PCS, após o aporte da Garantia de Fiel Cumprimento;
- 13.7.2 Deixar de assinar CER nas condições estabelecidas neste Edital;
- 13.7.3 Atrasar em mais de 15 (quinze) dias do marco de início da operação comercial da última unidade geradora do cronograma de implantação do empreendimento, constantes da AUTORIZAÇÃO e indicado na alínea c1 do item 16.4.4 deste Edital;
- 13.7.4 Deixar de entregar ou de executar, total ou parcialmente, o objeto da AUTORIZAÇÃO.
- 13.8 As hipóteses dos subitens 13.7.1 e 13.7.2 equiparam-se, para fins de execução da Garantia de Fiel Cumprimento, à inexecução total ou parcial da AUTORIZAÇÃO, de que trata o item 13.7.4 deste Edital.
- 13.9 No caso de apresentação de Garantia de Fiel Cumprimento na modalidade Seguro Garantia, a apólice deverá observar o modelo constante no “Manual de Inscrição e Aporte de Garantias”, publicado no *SITE DA ANEEL*, Seção Adendos, bem como prever expressamente as hipóteses e condições de execução estabelecidas no item 13.7.
- 13.10 Na ocorrência de qualquer das hipóteses descritas nos itens 13.7.1 a 13.7.4, a Adjudicatária, Autorizada ou Concessionária será notificada, na forma do item 16.5 deste Edital, para fins de exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa no âmbito de processo administrativo específico.
- 13.10.1 Caso a Garantia de Fiel Cumprimento tenha sido aportada na modalidade Seguro-Garantia, cópia da Notificação será encaminhada à Seguradora, para fins de comunicação da Expectativa de Sinistro.
- 13.10.2 Exaurida a esfera administrativa do processo referido nos itens 16 e 16.5, e restando caracterizada a inadimplência da Adjudicatária, Autorizada ou Concessionária, para que o valor da Garantia de Fiel Cumprimento seja revertido em favor da Beneficiária, mediante desconto da(s) multa(s) aplicada(s) à infratora



e por esta não paga no prazo regulamentar, conforme descrito na Seção 16 deste Edital, a ANEEL, diretamente ou por intermédio da CCEE, após sua expressa determinação, oficiará a Seguradora, a título de comunicação de Reclamação de Sinistro, no caso de Seguro-Garantia, ou o Banco/Instituição Financeira, no caso de Caução, Fiança ou Título Público.

13.11 A Garantia de Fiel Cumprimento, deduzidas eventuais multas aplicadas em face de inadimplência de obrigações constantes do Edital ou da AUTORIZAÇÃO, será liberada para a Concessionária ou Autorizada, após autorização expressa da ANEEL, nas seguintes condições:

13.11.1 Em até 15 (quinze) dias úteis após apresentação do pedido de devolução ou liberação, acompanhado do Despacho de Autorização para Início da Operação Comercial do empreendimento, caso este marco tenha ocorrido até 15 (quinze) dias após a data estabelecida no cronograma constante da AUTORIZAÇÃO;

13.11.2 Em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após apresentação do pedido de devolução ou liberação, acompanhado do Despacho de Autorização para Início da Operação Comercial do empreendimento e desde que tenha ocorrido o trânsito em julgado administrativo do(s) processo(s) específicos(s) de aplicação de penalidades por inadimplência, caso este marco tenha sido cumprido após 15 (quinze) dias da data estabelecida no cronograma constante da AUTORIZAÇÃO.

#### 14. DAS CONDIÇÕES DA AUTORIZAÇÃO

14.1 De acordo com o item 2.3.1.1 deste Edital, a comercialização de energia proveniente de Empreendimento sem Outorga no PCS dará origem à AUTORIZAÇÃO para a PROPONENTE, isoladamente ou reunida em consórcio, estabelecer-se como PIE, nos termos do Anexo II.

14.1.1 No caso de projeto de ampliação, a AUTORIZAÇÃO se dará no mesmo regime de exploração da AUTORIZAÇÃO original.

14.1.2 A ampliação será incorporada à AUTORIZAÇÃO/Concessão, nos termos da AUTORIZAÇÃO existente, não havendo prorrogação do prazo de vigência.

14.2 A AUTORIZAÇÃO decorrente do PCS terá prazo de vigência de 35 (trinta e cinco) anos, contados da publicação do ato.

14.3 Para consórcio, a AUTORIZAÇÃO será emitida em nome de todas as consorciadas, cabendo à empresa líder do consórcio a responsabilidade pelo cumprimento às obrigações decorrentes da AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas.

14.4 Constituem condições resolutivas da vigência da AUTORIZAÇÃO a ser emitida pela ANEEL para os titulares dos empreendimentos vencedores do PCS:

a) a não constituição de SPE, quando couber, no prazo fixado na AUTORIZAÇÃO;



- b) o não aporte de garantia de fiel cumprimento, no prazo fixado na AUTORIZAÇÃO, e
  - c) a não celebração do CER, no prazo fixado na AUTORIZAÇÃO.
- 14.5 A PROPONENTE que constituir SPE, conforme item 3.3 deste Edital, à qual será transferida a titularidade da AUTORIZAÇÃO, deverá protocolar na ANEEL, no prazo constante do CRONOGRAMA, o ato constitutivo e os atos de eleição dos atuais diretores desta sociedade, bem como a documentação de habilitação jurídica e fiscal, nas mesmas condições da Seção 11 deste Edital.
- 14.5.1 A SPE deverá ser constituída nos termos do Compromisso de Constituição de SPE atestado na ocasião da INSCRIÇÃO no PCS, conforme item 7.2.3.1 deste Edital.
- 14.6 Será de responsabilidade exclusiva do titular da AUTORIZAÇÃO/Concessão a construção integral do empreendimento, de acordo com as condições deste Edital e da respectiva AUTORIZAÇÃO/Concessão, observados os estudos e projetos aprovados, cabendo-lhe captar os recursos financeiros necessários à execução das obras, submetendo-se às orientações e solicitações de despacho do ONS, se for o caso.
- 14.7 O titular da AUTORIZAÇÃO/Concessão deverá observar a legislação, aos requisitos ambientais e providenciar, por sua conta e risco, a obtenção das Licenças Prévias, de Instalação e de Operação, comprometendo-se com a qualidade das informações porventura solicitadas pelo órgão ambiental competente.
- 14.8 Ocorrendo atraso na obtenção das licenças ambientais de instalação e de operação, motivado pelo descumprimento por parte da Autorizada dos prazos legais, o titular da AUTORIZAÇÃO estará sujeito às penalidades previstas na Seção 16 deste Edital e multa prevista no CER.
- 14.9 A entrada em operação comercial das unidades geradoras dos empreendimentos após os prazos definidos na respectiva AUTORIZAÇÃO sujeitará a PROPONENTE às penalidades previstas na Seção 16 deste Edital e multa prevista no CER.
- 14.10 Poderá ser solicitada à ANEEL a alteração das características técnicas de empreendimento que se sagre vencedor, após a assinatura do CER, mantido o prazo contratual de entrega de energia, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Portaria Normativa MME nº 24/2021, desde que:
- a) a conexão ao SIN seja realizada a partir dos Submercados Sudeste/Centro-Oeste ou SUL;
  - b) não implique redução da potência instalada;
  - c) não comprometa o compromisso de entrega de potência e de energia associada pactuado contratualmente;
  - d) não implique em atraso do início de suprimento;
  - e) não implique aumento da receita fixa ou variável negociadas;



- f) não altere o combustível principal e nem o CVU;
- g) não altere a inflexibilidade;
- h) não implique em violação das condições estabelecidas no art. 9º da Portaria Normativa MME nº 24/2021.

14.10.1 Os custos adicionais das instalações de conexão serão de responsabilidade do titular da AUTORIZAÇÃO.

14.10.2 O CER será aditivado para refletir eventuais alterações de características técnicas que impliquem redução da receita fixa e/ou da receita variável negociadas.

14.10.3 As alterações deverão estar em conformidade com o licenciamento ambiental.

14.11 No caso de AUTORIZAÇÃO em data superior a 30 (trinta) dias àquela prevista no CRONOGRAMA, a PROPONENTE de **Empreendimentos sem Outorga** poderá, no prazo de até 10 (dez) dias da publicação do respectivo ato de AUTORIZAÇÃO, submeter à ANEEL proposta de prorrogação dos marcos de implantação do empreendimento e/ou de postergação dos termos iniciais e finais de suprimento do CER.

14.11.1 Fica caracterizada excludente de responsabilidade da PROPONENTE com **Empreendimentos sem Outorga** no caso de atraso na emissão da AUTORIZAÇÃO em relação à data prevista no CRONOGRAMA, desde que cumpridos todos os prazos de responsabilidade da PROPONENTE indicados no CRONOGRAMA, nos termos do art. 3º B da Lei nº 10.848/2004, incluído pela Lei nº 12.839/2013.

14.11.2 O prazo máximo para prorrogação dos marcos de implantação do empreendimento e para postergação dos termos iniciais e finais de suprimento do CER será dado pelo intervalo de tempo, expresso em dias, compreendido entre a data inicialmente estimada no CRONOGRAMA para a AUTORIZAÇÃO e a data de publicação da referida AUTORIZAÇÃO no DOU, desde que superior a 30 (trinta) dias.

14.11.3 O prazo máximo de que trata o item 14.11.2 será reduzido na mesma proporção, caso a PROPONENTE não encaminhe a documentação prevista no item 14.5.

14.11.4 Na deliberação da Diretoria da ANEEL a respeito do pedido de postergação da data de início de suprimento do CER, serão apresentados os eventuais ajustes na minuta de CER constante do Anexo I deste Edital.

14.11.5 A inobservância do prazo fixado no item 14.11, para pleitear a revisão, caracterizará renúncia ao direito de invocar o atraso na emissão da AUTORIZAÇÃO como excludente de responsabilidade pelo eventual descumprimento da data de início de suprimento do CER ou dos marcos de implantação do empreendimento.



**15. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CER**

- 15.1 A homologação do Procedimento e a adjudicação de seu objeto implicarão o direito e a obrigação incondicional de celebrar o Contrato de Energia de Reserva - CER a Preço de LANCE (Produto Quantidade) ou RECEITA FIXA (Produto Disponibilidade), conforme minutas disponíveis no Anexo I deste Edital.
- 15.2 O CER estabelecerá o prazo de vigência e o início de suprimento, conforme as características de cada Produto, bem como prever a atualização monetária das receitas de comercialização.
- 15.3 Nos termos do Decreto nº 6.353, de 2008, todos os custos decorrentes da contratação da energia de reserva, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, serão rateados entre os usuários finais de energia elétrica do SIN, incluindo os consumidores livres e aqueles referidos no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427/1996, e os Autoprodutores apenas na parcela da energia decorrente da interligação ao SIN, mediante Encargo de Energia de Reserva – EER.
- 15.4 O disposto no item 15.3 não inclui os custos de transmissão, conexão e distribuição, que sejam de responsabilidade da PROPONENTE que comercializou energia no PCS.
- 15.5 O CER será celebrado entre a PROPONENTE, que comercializou energia no PCS, e a CCEE, pelo prazo de suprimento definidos no item 2.1.1.
- 15.5.1 No caso de constituição de SPE, por exigência do item 3.3 do Edital, será realizada a posterior transferência da titularidade do CER, mediante aditivo contratual.
- 15.6 A pedido da PROPONENTE e a critério da CCEE, desde que previsto no CER, os empreendimentos negociados no PCS e localizados no mesmo Submercado poderão ser agregados em um único CER.
- 15.7 Em data estimada no CRONOGRAMA, deverá ser celebrado o CER, disponibilizado pela CCEE, para garantir o cumprimento as respectivas obrigações financeiras.
- 15.7.1 A não celebração, pelas partes, do CER nos prazos previstos no CRONOGRAMA, publicado e atualizado no *SITE* DA ANEEL, sujeitará o infrator às penalidades previstas na Seção 16 deste Edital.
- 15.8 A formalização do CER constitui obrigação entre a PROPONENTE que negociou energia no PCS e a CCEE, podendo o contrato ser firmado por meio físico ou eletrônico, conforme o procedimento a ser implementado no âmbito da CCEE, incluindo os custos dele decorrentes.
- 15.9 **Constitui hipótese de rescisão do CER o atraso superior a 90 (noventa) dias na entrada em operação comercial do empreendimento** em relação ao início de suprimento, ensejando o pagamento da multa prevista no CER, sem prejuízo da aplicação de multa editalícia disposta na Seção 16.





- 15.10 A usina que fizer jus à sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, nos termos do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, terá deduzido de seu Preço de Lance o valor que vier a ser percebido sob esse título.
- 15.11 A minuta do CER, constante do Anexo I, é parte integrante e indissociável deste Edital.

## 16. DAS PENALIDADES

- 16.1 Pela inexecução total ou parcial, ou pelo ATRASO INJUSTIFICADO na execução de qualquer condição ou obrigação estabelecida neste Edital ou na outorga de serviços e instalações de geração de energia elétrica resultante do PCS, a PROPONENTE, Adjudicatária, Concessionária ou Autorizada, mediante processo administrativo específico, estará sujeita às penalidades tipificadas nesta Seção, considerando a fase de competição, de implantação ou exploração do empreendimento integrante de seu objeto, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.
- 16.2 Durante a **Fase de Competição**, que se inicia com a publicação do Edital e se encerra com a emissão da AUTORIZAÇÃO, aplicam-se à PROPONENTE, Adjudicatária, Autorizada ou Concessionária as seguintes penalidades:
- a) advertência;
  - b) multa editalícia ou contratual;
  - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 anos; e
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado.
- 16.3 No período de que trata o item 16.2 e em qualquer das hipóteses do item 8.13 deste Edital, a multa editalícia ou contratual será correspondente ao maior valor entre 2% do valor do INVESTIMENTO declarado à EPE e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
- 16.3.1 A multa, aplicada após o devido processo administrativo, será descontada da Garantia de Proposta prestada pelo Tomador, de mesmo valor, caso não seja paga por este no prazo regulamentar.
- 16.3.1.1 Após o desconto da Garantia de Proposta, será dada quitação à multa imposta à PROPONENTE, Adjudicatária, Concessionária ou Autorizada.
- 16.3.2 Na ocorrência de qualquer das hipóteses do item 8.13 deste Edital, a PROPONENTE, Adjudicatária, Concessionária ou Autorizada será notificada, para, no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da notificação, se manifestar quanto



à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso, sob pena de aplicação das penalidades previstas nesta Seção.

16.3.2.1 A notificação ocorrerá no âmbito de processo específico, pessoalmente e por escrito, admitindo-se a notificação eletrônica de pessoas jurídicas integrantes do cadastro institucional da ANEEL, assegurado à PROPONENTE, Adjudicatária, Concessionária ou Autorizada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

16.3.3 As sanções de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 16.2, respectivamente, poderão ser aplicadas de forma concomitante com a multa referida na alínea “b” do mesmo item.

16.3.4 O descumprimento de qualquer condição antecedente e necessária à AUTORIZAÇÃO, no prazo estabelecido, configurará recusa da PROPONENTE, Adjudicatária, Concessionária ou Autorizada em receber a outorga e assinar o CER, restando caracterizado o total desatendimento de obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades tipificadas no item 16.2, sem prejuízo das demais sanções cominadas na legislação.

16.3.5 Será aplicada redução de 50% no valor da multa de que trata o item 16.3, caso a PROPONENTE opte, até a data indicada no CRONOGRAMA, por não seguir às fases subsequentes do PCS em razão do Documento Simplificado de Acesso, de que trata o item 4.4.1, indicar a inviabilidade da conexão do empreendimento no ponto de acesso estudado.

16.4 Durante a **Fase de Implantação** do empreendimento, entendida como o período entre as datas da emissão da AUTORIZAÇÃO e a data de início da operação comercial da última unidade geradora, conforme cronograma físico constante da outorga, aplicam-se à Concessionária ou Autorizada dos serviços de geração objeto do PCS, além das sanções previstas no item 16.2 deste Edital, a rescisão unilateral da AUTORIZAÇÃO, por inexecução total ou parcial do objeto da outorga, mediante cassação da AUTORIZAÇÃO.

16.4.1 Aplicam-se ainda ao titular da AUTORIZAÇÃO/Concessão, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa nº 846/2019 e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimentos de obrigações não expressamente previstos no Edital e/ou na AUTORIZAÇÃO.

16.4.2 Equipara-se à fase de implantação do empreendimento a ocorrência de fatos infracionais posteriores ao aporte da Garantia de Fiel Cumprimento e anteriores ao Início de sua Operação Comercial.

16.4.3 As sanções de que trata o item 16.4 poderão ser aplicadas cumulativamente, nos casos de inexecução total ou parcial da outorga ou de ocorrências a ela equiparáveis.



16.4.4 No período de que trata o item 16.4, a(s) pena(s) de multa(s), isolada ou cumulativamente, conforme o caso, será(ão) no valor:

- a) 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do INVESTIMENTO estimado para implantação do empreendimento, com o valor mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, a que se refere a hipótese do item 13.7.4 deste Edital, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência do agente na busca da execução do cronograma de obras;
- b) correspondente ao maior valor entre 5% (cinco por cento) do INVESTIMENTO estimado para implantação do empreendimento e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na hipóteses dos subitens 13.7.1 e 13.7.2 deste Edital;
- c) até 5% (cinco por cento) do INVESTIMENTO estimado para implantação do empreendimento ou até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), prevalecendo o maior valor, na hipótese do item 13.7.3 deste Edital, aplicada de forma progressiva, aumentando à medida que, de acordo com a fiscalização, ocorrerem ATRASOS INJUSTIFICADOS superiores a 15 (quinze) dias no marco de início da operação comercial da última unidade geradora disposto no cronograma de implantação do empreendimento, conforme indicado no quadro a seguir:
  - c1) Na hipótese de ATRASO INJUSTIFICADO no Início da Operação Comercial, a multa editalícia ou contratual será de, no mínimo, 2,5% do INVESTIMENTO ou de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), prevalecendo o maior valor, proporcionalmente ao tempo de ATRASO INJUSTIFICADO verificado no período de 16 a 30 dias ou mais em relação ao marco estabelecido no cronograma constante da outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder o valor mínimo, em face da existência de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da Concessionária ou Autorizada na execução do empreendimento.
- d) 0,05% (cinco centésimos por cento) do INVESTIMENTO estimado para implantação do empreendimento ou R\$ 10.000 (dez mil reais), prevalecendo o maior valor, pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 921, de 23 de fevereiro de 2021.

16.4.5 Exceto em relação ao previsto na alínea “d” do item 16.4.4, que não constitui hipótese de execução da garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo Tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar.



- 16.4.5.1 O processo de apuração de responsabilidade por atraso superior a 15 (quinze) dias no início da Operação Comercial do empreendimento somente será finalizado depois da efetiva ocorrência desse evento, para fins de aplicação da multa correspondente ao tempo de atraso.
- 16.5 Na ocorrência de qualquer das hipóteses dos itens 13.7.1 a 13.7.4 e 16.4.4 deste Edital, a Concessionária ou Autorizada será notificada nos termos do item 16.3.2.1, para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso, sob pena de aplicação das penalidades previstas nesta Seção.
- 16.5.1 Caso a multa aplicada seja superior ao valor da Garantia de Fiel Cumprimento aportada, além da perda desta, responderá a Concessionária ou Autorizada pela sua diferença.
- 16.5.2 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento prestada pelo Tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar.
- 16.5.3 Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento, proceder-se-á a quitação da multa imposta à Concessionária ou Autorizada.
- 16.6 Durante a Fase de Exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da operação comercial da última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo item 16.4.1 deste Edital, aplicam-se à Concessionária ou Autorizada as penalidades tipificadas na Resolução Normativa ANEEL nº 846/2019 e suas alterações posteriores, observadas as condições e os procedimentos ali estabelecidos.
- 16.7 As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” do item 16.2 deste Edital alcançam, também, o acionista controlador da PROPONENTE, Adjudicatária, Concessionária ou Autorizada.
- 16.8 Aplicam-se às penalidades previstas no item 16 as disposições dos arts. 36 a 40 da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019.

## 17. DOS RECURSOS

- 17.1 Dos atos da CEL caberá recurso no prazo de 2 (cinco) dias úteis, a contar da respectiva publicação.
- 17.1.1 No caso de interposição de recurso em face do Despacho de HABILITAÇÃO das PROPONENTES, a apreciação do recurso será publicada no *SITE DA ANEEL*.
- 17.2 Uma vez publicado o ato da CEL, os autos do processo estarão disponíveis para acesso remoto (*on line*), via consulta ao *SITE DA ANEEL*, seguindo o caminho SERVIÇOS – CONSULTA PROCESSUAL, ou diretamente no endereço <https://www.aneel.gov.br/consulta-processual>.



## Procedimento Competitivo Simplificado - PCS nº 1/2021 - Processo nº 48500.004552/2021-15

- 17.3 A CEL, via o *SITE* DA ANEEL, dará publicidade aos recursos interpostos para os demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data da divulgação.
- 17.4 Após análise dos recursos e contrarrazões, a CEL manifestar-se-á, em juízo de reconsideração, sobre as questões expostas nos recursos.
- 17.5 À Diretoria da ANEEL cabe a decisão quanto aos recursos contra os atos da CEL, quando esta mantiver, parcial ou totalmente, a decisão recorrida.
- 17.6 Os recursos deverão ser dirigidos à CEL, apresentados por escrito e instruídos com os documentos que comprovem as razões alegadas, protocolados tempestivamente no endereço SGAN 603, Módulo J, 1º Andar, Sala 103, Asa Norte – Brasília/DF – CEP: 70.830-110, ou mediante Protocolo Digital (observadas as regras pertinentes), pelo endereço <https://www.aneel.gov.br/protocolo-digital>.
- 17.7 Não serão conhecidos pela CEL os recursos interpostos após os prazos fixados nesse Edital.

**18. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 18.1 A ANEEL poderá, por decisão de seu Diretor-Geral e conforme deliberação da Diretoria:
- 18.1.1 Revogar o PCS, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, sem que disso resulte, para qualquer interessado, direito a ressarcimento ou indenização;
  - 18.1.2 Revogar o PCS, se ficar evidenciado qualquer comportamento prejudicial à efetiva competição;
  - 18.1.3 Alterar as condições de proposta ou de contratação, promovendo a republicação deste Edital;
  - 18.1.4 Desclassificar PROPONENTE, se tomar conhecimento de qualquer fato que implique a perda do atendimento, por parte desta, das exigências de HABILITAÇÃO até a emissão da AUTORIZAÇÃO.
- 18.2 O PCS será anulado por motivo de comprovada ilegalidade.
- 18.3 Os atos do processo licitatório que apresentem defeitos sanáveis e não acarretem lesão ao interesse público nem prejuízos a terceiros poderão ser convalidados.
- 18.4 Visando à adequada avaliação de todas as etapas do PCS, além daquela referida no item 11.4 deste Edital, a ANEEL poderá, a qualquer momento, abrir diligência para apuração dos fatos irregulares e respectivo saneamento, em prazo a ser estipulado.
- 18.5 Os interessados no PCS deverão observar as datas constantes do CRONOGRAMA.





Procedimento Competitivo Simplificado - PCS nº 1/2021 - Processo nº 48500.004552/2021-15

- 18.5.1 O CRONOGRAMA do PCS poderá ser alterado mediante COMUNICADO RELEVANTE a ser publicado no SITE DA ANEEL.
- 18.6 A prática de quaisquer atos aqui previstos não resultará, a qualquer tempo e sob qualquer condição, no direito a ressarcimento ou indenização, por parte de PROPONENTE e/ou de terceiros.
- 18.7 É de responsabilidade da PROPONENTE tomar ciência de toda e qualquer informação adicional relativa ao processo de PCS que vier a ser divulgada pela ANEEL.
- 18.8 A participação da PROPONENTE no processo de PCS implica aceitação, incondicional, irrevogável e irretratável de seus termos, regras e condições, assim como dos demais documentos que venham a ser divulgados e/ou publicados em função do Edital.

### 19. CRONOGRAMA DO PCS

EVENTO	DATA
Publicação do Edital	06/10/2021
Data-limite para envio de pedido de esclarecimentos	08/10/2021
Data-limite para publicação dos esclarecimentos	14/10/2021
Data-limite para publicação das instituições inadimplentes com a obrigação de pagar a ANEEL por garantias já executadas, que trata o item 8.8 do Edital	11/10/2021
Inscrição <i>on-line</i>	Das <b>8h</b> de 15/10/2021 às <b>14h</b> de 18/10/2021
Aporte da Garantia de Proposta	Das <b>8h</b> às <b>16h</b> de 15/10/2021 e 18/10/2021
Distribuição de senha de acesso à Plataforma de Negociação	
Exclusivamente para Empreendimento sem Outorga de fonte Eólica, protocolo na ANEEL do Relatório de Validação da Central Geradora Eólica.	18/10/2021
Protocolo de Impugnação ao Edital	15/10/2021
Treinamento da sistemática	19/10/2021
Simulação do PCS	20/10/2021
Decisão sobre eventual Impugnação ao Edital	22/10/2021
<b>Sessão Pública do PCS, via Internet</b>	<b>25/10/2021</b>
Protocolo dos documentos de habilitação, via SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES	27/10/2021
Resultado do julgamento de habilitação	29/10/2021
Devolução da Garantia de Proposta da PROPONENTE que não negociar energia no PCS	01/11/2021
Divulgação do Documento Simplificado de Acesso, de que trata o item 4.4.1	01/11/2021
Protocolo da opção por <b>não</b> prosseguir no PCS	03/11/2021
Homologação, Adjudicação e AUTORIZAÇÃO	05/11/2021





Procedimento Competitivo Simplificado - PCS nº 1/2021 - Processo nº 48500.004552/2021-15

EVENTO	DATA
Aporte da Garantia de Fiel Cumprimento	Até 15 (quinze) dias corridos após a emissão da AUTORIZAÇÃO
Devolução da Garantia de Proposta	Até 5 (cinco) dias úteis após o aporte da Garantia de Fiel Cumprimento
Assinatura do Contrato de Energia de Reserva - CER	Até 17/11/2021
Protocolo dos documentos de constituição da SPE	Até 45 dias corridos após a emissão da AUTORIZAÇÃO

## 20. ANEXOS

20.1 Constituem Anexos, e parte integrante, deste Edital, os seguintes documentos:

- Anexo I - Minutas de CER por Disponibilidade e Quantidade;
- Anexo II - Minuta Ato de AUTORIZAÇÃO;
- Anexo III - Termo de Ratificação do Lance;
- Anexo IV - Declaração de Conhecimento e Aceitação das Regras do PCS;
- Anexo V - Modelo de Declaração do Responsável Técnico;
- Anexo VI - Configuração mínima para os equipamentos e condições de infraestrutura.

Brasília, 5 de outubro de 2021.

(assinado digitalmente)

**ANDRÉ PATRUS AYRES PIMENTA**

Presidente da Comissão Especial de Licitação

De acordo,

(assinado digitalmente)

**ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA**

Diretor-Geral



**21. APÊNDICE - GLOSSÁRIO**

Aplicam-se a este Edital as seguintes definições:

**ACR:** Ambiente de Contratação Regulada, conforme definido no Decreto nº 5.163, 30 de julho de 2004.

**AEGE:** Sistema de Acompanhamento de Empreendimentos de Geração de Energia, mantido pela EPE para fins de cadastramento de empreendimento.

**AGENTE CUSTODIANTE:** instituição responsável pelo recebimento, custódia e eventual execução de Garantias.

**ANEEL:** Agência Nacional de Energia Elétrica, autarquia sob regime especial instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

**ATRASO INJUSTIFICADO:** atraso em relação ao qual a ANEEL não reconhece excludente de responsabilidade eventualmente invocado pelo empreendedor.

**AUTORIZAÇÃO:** ato administrativo que permite ao empreendedor implantar e explorar empreendimento de geração de energia elétrica, nos termos da legislação.

**CER:** contrato bilateral, denominado Contrato de Energia de Reserva, celebrado entre a PROPONENTE e a CCEE, como representante dos agentes de consumo, nos termos do Decreto nº Decreto 6.353, de 16 de janeiro de 2008.

**CCEE:** Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada pela Lei nº 10.848, 15 de março de 2004, que atua sob autorização do PODER CONCEDENTE e regulação e fiscalização pela ANEEL.

**CEL:** Comissão Especial de Licitação da ANEEL, constituída pela Portaria nº 260, de 27 de setembro de 2021.

**COMUNICADO RELEVANTE:** informação relativa ao PCS que, após sua publicação no *SITE DA ANEEL*, passa a integrar o Edital.

**CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO:** instrumento jurídico instituído pela Resolução Normativa nº 109, de 26 de outubro de 2004, nos termos da Lei nº 10.848/2004, do Decreto nº 5.163/2004, e do Decreto nº 5.177/2004.

**CRONOGRAMA:** cronograma atualizado e disponibilizado na Seção 19 do Edital, apresentando as datas de realização das etapas do PCS.

**DECREMENTO:** valor em reais por megawatt-hora (R\$/MWh), que subtraído do preço corrente em uma determinada rodada, representará o preço de lance para a rodada subsequente.

**DIRETRIZES:** Diretrizes do Ministério de Minas e Energia para a realização do PCS.



Procedimento Competitivo Simplificado - PCS nº 1/2021 - Processo nº 48500.004552/2021-15

**ENERGIA:** quantidade de energia elétrica ativa durante qualquer período de tempo, expressa em Watt-hora (Wh) ou seus múltiplos.

**EPE:** Empresa de Pesquisa Energética, empresa pública criada pela Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004.

**GARANTIA FÍSICA:** definida pelo MME, corresponde às quantidades máximas de energia e potência de um empreendimento que poderão ser utilizadas para comprovação de atendimento de carga ou comercialização por meio de contratos.

**GRUPO ECONÔMICO:** é constituído por empresas afiliadas, entendendo-se como empresa afiliada a outra empresa, aquela que:

- a) seja, direta ou indiretamente, controlada pela outra empresa;
- b) controle, direta ou indiretamente, a outra empresa;
- c) detenha, direta ou indiretamente, qualquer participação societária na outra empresa igual ou superior a 5% do capital votante; ou
- d) da mesma forma que a outra empresa, tenha 5% (cinco por cento) ou mais de seu capital votante detido, direta ou indiretamente, por uma mesma pessoa natural ou jurídica.

Para efeito de cômputo do percentual referido nas alíneas “c” e “d”, caso haja participação de forma sucessiva em várias pessoas jurídicas, calcular-se-á o percentual final de participação por intermédio de composição das frações percentuais de participação em cada pessoa jurídica na linha de encadeamento.

**HABILITAÇÃO:** fase do processo licitatório na qual devem ser apresentados à CEL pelas PROPONENTES que negociarem energia no PCS, documentação relacionada no Edital para comprovar sua idoneidade para a execução do contrato.

**INSCRIÇÃO:** ação a ser desempenhada pelas PROPONENTES, previamente à fase de LANCES, que visa registrar o interesse em participar do PCS.

**INVESTIMENTO:** valor de investimento informado pela PROPONENTE no AEGE, aprovado pela EPE, como necessário para implantar o empreendimento.

**LANCE:** ato praticado pela PROPONENTE conforme definido na Sistemática aprovada em Portaria específica do MME.

**LOTE DE ENERGIA ou LOTE:** montante de energia elétrica igual a (0,1 MWmédio), que representa a menor parcela de um Produto.

**MME:** Ministério de Minas e Energia - órgão da administração pública federal, criado pela Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992.

**ONS:** Operador Nacional do Sistema Elétrico, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída mediante Autorização do PODER CONCEDENTE, fiscalizada e regulada pela ANEEL, conforme



Procedimento Competitivo Simplificado - PCS nº 1/2021 - Processo nº 48500.004552/2021-15

a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, sendo responsável pela coordenação, supervisão e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica no SIN.

**PODER CONCEDENTE:** a União, nos termos do art. 20, inciso VIII, art. 21, inciso XII, alínea “b”, e art. 176, da Constituição Federal.

**PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO:** sistema eletrônico utilizado para a realização do PCS, mediante o emprego de recursos de tecnologia da informação, disponibilizado pela Rede Mundial de Computadores.

**PIE - PRODUTOR INDEPENDENTE DE ENERGIA:** pessoa jurídica ou empresas reunidas em consórcio, a qual seja concedida Concessão ou Autorização do Poder Concedente, para produzir energia elétrica destinada ao comércio de toda ou parte da energia produzida, por sua conta e risco, inclusive ambientais, atraso de obras e outros, relativos à comercialização da energia elétrica produzida por sua conta e risco, estando sujeito às regras de comercialização regulada ou livre, atendido o disposto na legislação em vigor e no Contrato de Concessão ou na Autorização.

**PROCEDIMENTOS DE REDE:** documento elaborado pelo ONS com a participação dos agentes que, aprovado pela ANEEL, estabelece os procedimentos e os requisitos técnicos necessários ao planejamento, implantação, uso e operação do SIN, bem como as responsabilidades do ONS e dos agentes.

**PROCEDIMENTO COMPETITIVO SIMPLIFICADO - PCS:** procedimento competitivo simplificado para a compra de energia elétrica, na forma de Energia de Reserva, regido por este Edital e seus Anexos.

**PROPONENTE:** pessoa jurídica de direito privado, nacional ou estrangeira, Fundo de Investimento em Participações – FIP, isoladamente ou reunidas em consórcio, que realizar a inscrição no PCS e aportar Garantia de Proposta, nos termos do Edital.

**QUANTIDADE DEMANDADA:** montante de energia elétrica que se pretende adquirir, expresso em megawatt-médio, com três casas decimais, definido pelo MME.

**RECEITA FIXA - RF:** valor, expresso em reais por ano (R\$/ano), inserido pela PROPONENTE quando da submissão de LANCE.

**REGRAS E PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO:** conjunto de normas aprovadas pela ANEEL que definem condições, requisitos, eventos e prazos relativos à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE.

**SIN - SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL:** conjunto de instalações e equipamentos responsáveis pelo suprimento de energia elétrica das regiões do país interligadas eletricamente.

**SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LEILÕES:** sistema eletrônico desenvolvido e mantido pela CCEE, conforme autorização conferida pelo Despacho ANEEL nº 2.038, de 11/07/2017, utilizado como suporte no gerenciamento do Procedimento.

**SISTEMA DE INSCRIÇÃO:** sistema eletrônico mantido pela ANEEL, responsável por receber as inscrições das PROPONENTES interessadas.



Procedimento Competitivo Simplificado - PCS nº 1/2021 - Processo nº 48500.004552/2021-15

---

**SITE DA ANEEL:** Endereço eletrônico da ANEEL, na Rede Mundial de Computadores, onde ficam disponíveis informações sobre o PCS: <https://www.aneel.gov.br/geracao4>.

**SPE - SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO:** pessoa jurídica de direito privado, criada sob qualquer forma admitida em direito, com objetivo de implantar e explorar empreendimento decorrente do PCS, com demonstrações contábeis e patrimônio distintos de seus acionistas.



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ANDRE PATRUS AYRES PIMENTA, ANDRE PEPITONE DA NOBREGA

Consulte a autenticidade deste documento em <http://sicnet2.aneel.gov.br/sicnetweb/v.aspx>, informando o código de verificação 01A46F6D00614DF1